



1 **Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Família - SEDEF**

2 **Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR**

3 **REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

4 **06 DE JUNHO DE 2023**

5  
6 **Plenária Extraordinária:** No sexto dia do mês de junho de 2023, em 1ª chamada  
7 (início as 09h00) o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente –  
8 CEDCA/PR se reuniu na sala de reuniões do Ministério Público endereço Praça Nossa  
9 Senhora de Salete, s/n - Centro Cívico, Curitiba - PR, através de *link* do meet:  
10 <https://meet.google.com/uks-nius-ipt> para a realização da Reunião extraordinária.

11 Conselheiros SC presentes: **Presidente – Adriano Roberto dos Santos** (Cavanis),  
12 Bruna Ezidro (AFECE), Gabriel de Franco Rocha (HPP), Débora Cristina dos Reis  
13 (APC), Renann Ferreira (Guarda Mirim), Isabella Menon (Canaã), Alexandra Alves  
14 José (Epesmel), Ires Damian (Ledi Mass), e Maria Tereza Chaves (Apofilab).  
15 Conselheiros GOV presentes: **Vice-presidente, Juliana Sabbag (CPCA/SEDEF)**,  
16 Desirré Barbosa Santiago (Casa Civil), Amália Regina Donegá (SETI), Juliana  
17 Sheneider (SEAB), Deborah Toledo Martins (SEJU), Joaquim Pedro Duro da Silva  
18 (SETR), Débora de Farias (SESA), Eliete Aparecida Kovalhuuk (SESP) e Luciano  
19 Arantes Sanches (SEPL). **Colaboradores e assessores:** Danielle Tuoto (MP).

20 Abertura: Presidente Adriano Roberto do Santos (Cavanis) , começa agradecendo ao  
21 Ministério Público em nome da Dra. Danielle e a todos os envolvidos por disponibilizar  
22 o espaço para a reunião extraordinária, passa a palavra a vice-presidente Juliana  
23 Sabbag que se diz muito feliz com essa reunião porque discutirá a Política Pública  
24 inclusive no planejamento das peças de gestão, que juntos possamos garantir que a  
25 criança e adolescente sejam sempre a prioridade absoluta, desejando um excelente  
26 dia a todos. A secretária executiva Juliana Muller diz que tem que passar um informe  
27 da conferência que se realizará daqui duas semanas e algumas proposições sobre a  
28 reunião ordinária na semana que vem. Passa a palavra a João Giona (Diretor de  
29 planejamento da Secretaria do Planejamento) que fará uma apresentação e

30 contextualização sobre a análise e o trabalho do plano plurianual de 2024/2027.  
31 Fazem a inversão da Pauta por problemas técnicos com a apresentação dos slides,  
32 passa a palavra ao Presidente Adriano Roberto dos Santos, que vai fazer as duas  
33 inserções de pauta para deliberarem. Duas propostas de deliberação de pauta, para  
34 alterar a data da ordinária do mês de junho devido a demanda de trabalho para a  
35 conferência, para o dia 15 o dia todo, sendo de manhã as câmaras e a tarde a  
36 plenária. **Aprovado.** Também para a semana da reunião ordinária de junho tinha  
37 previsto uma reunião do GT-OCA para o dia 13/06, porém como hoje a tarde terá uma  
38 reunião com o GT-OCA sugere-se que cancele a da semana que vem, por falta de  
39 horário na agenda, A conselheira Débora pede a palavra e sugere que esperem para  
40 cancelar a reunião pois pode ter alguns acompanhamentos referente ao PPA que  
41 precise ser ajustado. A outra inclusão de pauta é um informes sobre a reunião de  
42 comissão da organização da conferência de ontem. Informes: **1. Previsão da**  
43 **quantidade de delegados municipais:** Relato: Dos 470 delegados municipais  
44 previstos, foram identificados até o momento à confirmação da participação de 80%  
45 dos representantes, sendo que o prazo final para os NR enviarem as confirmações  
46 será até o dia **07/06**. **2. Inclusão dos conselheiros/as no Termo (hospedagem,**  
47 **transporte, alimentação), principalmente aqueles que não possuem cartão:** Será  
48 enviada uma notificação para cada segmento sobre as possibilidades das viagens,  
49 sendo que a confirmação da participação deverá ser até o dia **12/06**; **3. Viabilização**  
50 **do custeio (hospedagem e alimentação) aos convidados:** Fórum DCA, ACTEP,  
51 OAB, MP, DPE e TJ, ALEP, com o reenvio dos convites. **4. Participação dos**  
52 **adolescentes:** Devido à exigência dos estabelecimentos hoteleiros para a  
53 hospedagem das crianças e adolescentes em geral, se mantém a condição de que o  
54 delegado deste segmento deverá estar acompanhado do pai/ mãe ou responsável  
55 legal de acordo com art.83 do ECA. **5. Solicitação do CMDCA de Londrina para**  
56 **participação de uma criança de 01 ano:** Tendo em vista o pedido da delegada de  
57 Londrina que é lactante, a comissão incluirá uma vaga nessa região. **6. Relatório da**  
58 **Conferência Livre realizada no HPP:** O HPP enviou o relatório da conferência livre  
59 realizada em março de 2023 p/ subsidiar as discussões na IX Conferência Estadual,  
60 com a possibilidade do mesmo ser anexado no relatório final. **7. Reunião da**  
61 **Comissão com os grupos de trabalho dos eixos: 14 e junho às 09h:** “Veja tabela  
62 na íntegra no relato da câmara disponível no site do CEDCA”. **8. Materiais Gráficos:**  
63 Devido a problemas na contratação da empresa serão viabilizados aos participantes o  
64 Manual dos Participantes, crachás e canetas. Ires Damian Scuzziato (Ledi Mass)  
65 informa que no dia 14 serão repassadas as informações necessárias para os grupos  
66 de trabalho. Agora em continuação a apresentação João Giona (Diretor de

67 planejamento da secretaria do Planejamento), cumprimenta a todo, agradece a  
68 oportunidade, faz uma apresentação trazendo uma proposta de trabalho. Inicia  
69 dizendo: “No Brasil ninguém leva PPA a sério, isso é notório” o PPA é relativamente  
70 novo em termos históricos constitucionais, como é feito a cada quatro anos, os  
71 avanços são mais lentos, segundo comentário é que não temos muitas alternativas,  
72 para haver alguma forma de melhoria. A estrutura do PPA, tem uma lógica universal, o  
73 que precisamos é amadurecer e evoluir o instrumento. A partir desse ano com a  
74 construção do novo PPA, houve uma mudança de gestão na Secretaria do  
75 Planejamento, teve três inovações; 1. Integração com plano de governo; 2. Políticas  
76 baseadas em evidências; 3. Gestão por resultados. Na questão 1. Integração com  
77 plano de governo propõe-se os eixos e diretrizes: eficiência administrativa;  
78 infraestrutura e mobilidade; desenvolvimento econômico sustentável; inclusão social,  
79 direitos humanos e cidadania; direitos básicos e bem estar. A ideia é encaixar os  
80 planos de governo na funcional programática que é o PPA, coloca o plano de governo  
81 em teste para a viabilidade das propostas lançadas, a capacidade das secretarias de  
82 colocar em prática e ser feito as marcações das propostas dos planos de governo  
83 dentro do PPA, conseguindo integrar as propostas do plano de governo na PPA, para  
84 poder garantir a execução e monitorar, assim classificando as 261 propostas em; 98  
85 Continuidade ou ampliação de programas e ações orçamentárias existentes; 72  
86 entregas do PPA; 14 Obras; 07 Obra associada a entregas; 70 Projetos a elaborar. Na  
87 questão 2. Políticas Públicas baseadas em evidências, na estrutura do PPA tem a  
88 marcação dos indicadores de resultados e seus programas específicos, tem que ser  
89 definido como vão medir as performances das políticas, em fevereiro foi solicitado um  
90 decreto ao governador em que ele determinou que esse conjunto de indicadores  
91 sejam referência para criação dos programas. Na questão 3. Gestão por resultados;  
92 Para que a gente faça avanços em algum sentido para gestão de resultados, precisa  
93 descer no nível operacional. Se não traduzir tudo isso em entregas diretas a  
94 população, a entrega é a tradução do que aquele gasto da política pública representa  
95 para aquele cidadão, esse é o diferencial do PPA, num nível mais estratégico tem os  
96 eixos, cada eixo com seu conjunto de diretrizes. Na nova estrutura do PPA, estamos  
97 colocando objetivos específicos para cada programa e para cada objetivo, tem que ter  
98 pelo menos um indicador de resultado, os programas são desdobrados em cada ação  
99 orçamentária. E a segunda inovação é a padronização da nomenclatura, foi resgatada  
100 a terminologia ação orçamentária, de um ponto de vista mais concreto a principal  
101 inovação é um fato que anteriormente cada ação orçamentária tinha somente uma  
102 entrega associada, havia uma limitação muito grande na metodologia do PPA, que  
103 para cada ação orçamentária podia associar apenas uma entrega, mas tem muito

104 recurso dentro da ação orçamentária, para que o PPA possa evidenciar as pastas de  
105 políticas eliminou esse bloqueio, e agora cada ação orçamentária tem uma quantidade  
106 ilimitada de entregas que ele pode detalhar. Trazendo isso e tentando consolidar isso  
107 numa proposta, queremos viabilizar o monitoramento, marcando os indicadores de  
108 resultados, forçando as pastas para que puxem esses indicadores para que eles  
109 fiquem marcados, para que dentro de dois, três anos possa avaliar se a política tem  
110 um desenho equivocado ou não, exemplificando; Supondo que tenho em um dos  
111 indicadores marcados, taxas de homicídios aqui no Paraná , se em 4 anos a taxa caiu,  
112 esse avanço é porquê a política deu certo ou porquê foi um fenômeno nacional, hoje a  
113 gente não consegue saber porque não tem justamente a camada operacional abaixo  
114 das entregas da pasta, voltando ao exemplo o indicador de taxas melhorou para que  
115 se possa afirmar que isso é por conta do desempenho da Secretaria da Segurança  
116 Pública, teria que olhar a camada de baixo da operacional , por exemplo nesse  
117 período a secretaria de segurança pública entregou alguma coisa? Não se tem esse  
118 mapeamento, então a gente marcando esses indicadores agora e fazendo o  
119 mapeamento de todas as entregas nas pastas, para que tenha a política pública  
120 evidenciada nesse momento, daqui a quatro anos, se a taxa de homicídios cair, a  
121 gente pode evidenciar se foi por conta da política ou por conta de outros fatores. Daí a  
122 importância da camada operacional, e aqui gostaria de concentrar as atenções do  
123 conselho, o que a gente precisa para construir um planejamento para a área de  
124 infância e adolescência, é o mapeamento das entregas. Fazendo esses relatórios  
125 identificando qual é a execução das pastas do termo de entrega direcionada para  
126 essas políticas e se foi efetivo. Nesse momento tem que se fazer essa qualificação  
127 para que seja aplicado no PPA. João Giona pergunta como a gente poderia a partir do  
128 PPA ter algum avanço na Política da Criança e do Adolescente. A ideia é marcar as  
129 pastas para poder discutir meta e monitorar a execução dessas metas. Sugere manter  
130 o OCA como monitoramento dessa execução, mas poderia fazer algumas reuniões do  
131 GT com algumas pessoas da equipe da secretaria do Planejamento e possa repassar  
132 para fazer as marcações. Agradece a atenção de todos. O presidente Adriano Roberto  
133 dos Santos agradece a apresentação e diz que gostou da proposta, fez algumas  
134 marcações principalmente avaliar as atividades baseadas nas evidências, a questão  
135 do resultado e entregas, viabilizar o monitoramento, vem de encontro com OCA e  
136 mapeamento de todas as entregas. Já tem inscritos aqui, inclusive a vice-presidente  
137 Juliana Sabbag e outros conselheiros que irão falar a seguir. A vice-presidente Juliana  
138 Sabbag agradece aos colegas do planejamento, é muito importante todo esse  
139 planejamento, “há muitos anos é um pedido desse conselho que a gente consiga  
140 participar da construção dos instrumentos de gestão, também é muito importante a

141 transparência do planejamento nesse conselho, apontar que uma das formas que  
142 estamos construindo é a partir do plano de governo que foi eleito, no entanto um plano  
143 de governo não se substancia sozinho, precisa de indicadores, de marcadores, política  
144 pública se faz em cima de indicador, de dados. A gente tem um sistema de informação  
145 da criança e da adolescência que tem todas as questões de sistema de informação, é  
146 subnotificado, subalimentado e outras questões, aí pergunta se a gente vai  
147 desconsiderar ele ou potencializar o sistema de informação, é justamente por aí que a  
148 gente quer deliberar política pública, explica como é formado o conselho, 12 membros  
149 da sociedade civil, 12 membros governamentais e as reuniões da GT-OCA acontecem  
150 uma vez por mês que antecede a reunião do conselho, mas não há problema nenhum  
151 em realizar reuniões extraordinárias para discutir algo tão importante e definitivo como  
152 esse, a gente se organiza para marcar novas reuniões. Também quero falar que já  
153 conversei com o Pedro do planejamento da SEDEF que está acompanhando nossa  
154 reunião, dentro da política que nos cabe da garantia de direitos da criança e do  
155 adolescente o que podemos apresentar a esse conselho é que dentro desse conselho  
156 tem um plano decenal que termina esse ano, estamos pensando em um novo plano  
157 esse ano e a melhor forma de executar, da mesma forma esse conselho faz  
158 anualmente a deliberação de objetivos estratégicos dentro do OCA, então nós do  
159 conselho gostaríamos muito de marcar as reuniões junto com o planejamento, de  
160 poder fazer as marcações dentro do que o conselho delibera como política pública,  
161 então vamos construir juntos.” Juliana anuncia que o Secretário Rogério Carboni e  
162 diretora Geral Luiza adentraram a sala demonstrando o compromisso tanto com esse  
163 conselho, quanto com os instrumentos de gestão. Com a palavra o Secretário Rogério  
164 Carboni, reforça o quanto é importante esse entusiasmo, essa sinergia para que possa  
165 se fazer em conjunto a evolução dessa política pública , a execução orçamentária,  
166 agradece a todos os conselheiros. Daniele Tuoto (MP) agradece a oportunidade junto  
167 com o planejamento de poder trabalhar em conjunto, de poder participar da discussão  
168 do planejamento da política pública enfim. Daniele diz que já se reuniu com o Jonas e  
169 Tiago, para discutir qual a melhor forma desse conselho efetivamente participar dessa  
170 discussão, o conselho tem dois papéis, um de acompanhar a política pública e todas  
171 as secretarias e tem a função de ser o gestor do Fundo da Infância, então se a gente  
172 tem a obrigação de fazer o acompanhamento de tudo que a secretaria tem em pautas,  
173 tem também a obrigação de fazer o PPA do fundo da infância, a colocação da ideia de  
174 construir em conjunto para a gente aprender o que poderíamos extrair e o que seriam  
175 essas entregas, o conselho já pediu uma reunião para pedir o que eles estão  
176 planejando, como não estava mapeado eles não trouxeram efetivamente as entregas,  
177 hoje terá a reunião com as demais secretarias que tocam a pauta da infância para que

178 elas tragam aquilo que elas vão colocar como entregas nos seus PPAs, minha dúvida  
179 é qual a melhor forma do conselho trabalhar? Cobrar que as secretarias entreguem  
180 isso e a gente filtre enquanto órgão de controle social, tanto Conselho quanto  
181 Ministério Público, se é ou não prioritário, se a gente teria um prazo para devolver e  
182 como você sugere que a gente possa fazer , temos um plano decenal e esse conselho  
183 previu eixos , diretrizes , objetivos, metas. Eu entendo que o conselho tem que pegar  
184 esse plano que o conselho já deliberou, já discutiu já debateu, que está em vigor, e  
185 dele retirar aquilo que o conselho entende como prioridade para os próximos quatro  
186 anos, e aí ver quais são as entregas que o conselho imagina que existirão com os  
187 recursos do fundo da infância. Gostaria de saber o que é sugerido para o  
188 acompanhamento das secretarias e como sugerem que o conselho possa trabalhar  
189 com efetividade aos recursos do fundo. João Giona (Diretor de planejamento da  
190 secretaria do Planejamento), sobre o primeiro ponto, sugerimos uma estratégia,  
191 alinhar um mesmo discurso, que a gente consiga alinhar, fazer um esforço de  
192 tradução, no diálogo não perguntar o que vocês vão entregar, daquilo que vocês  
193 fazem , se tiverem as entregas mapeadas, ter um balanço para a partir do ano que  
194 vem tenham um balanço sobre a execução e começar a trabalhar um redesenho das  
195 entregas, sugere que na hora da execução das entregas, aquilo que é mais genérico,  
196 que não se faz uma diferenciação ou especificação, negociar com a pasta para  
197 desagregar, fazer entrega genérica para todos os públicos, e a entrega especificada  
198 para a criança e adolescente. No PPA espero gerar um anexo reunindo todas essas  
199 entregas , como um demonstrativo para viabilizar o monitoramento, estabelecido um  
200 prazo para essas entregas dia 31 de julho. Em relação ao fundo do FIA , como já tem  
201 esse planejamento decenal, eu sugiro explicitar em entrega e colocar no PPA, fica  
202 mais fácil depois fazer o acompanhamento dessas entregas, institucionaliza essas  
203 entregas, tem-se um planejamento consistente. Juliana Sabbag faz um adendo que o  
204 plano decenal tem 270 metas, então a gente pode tentar se basear pelo OCA que é os  
205 10 principais pelo menos, e em torno dos 5 eixos principais, a gente já oficiou as  
206 outras secretarias para que nos digam o que estão fazendo. A conselheira Débora  
207 Reis (APC) agradece a presença do Secretário na reunião, pela primeira vez o  
208 CEDCA está inserido nessa discussão, agradece o Jonas, fica feliz em quanto já foi  
209 avançado nessa pauta e ver o quanto que é preciso avançar para ter esse  
210 monitoramento, Diz ter dúvida de ordem técnica, “a gente construiu aquele decreto  
211 sobre o plano de trabalho , foi feito uma marcação exclusiva OCA com base na  
212 contabilidade, a dúvida é, como fazer essa marcação hoje com o que a gente já tem,  
213 que é o relatório do orçamento exclusivo e como começar a fazer como marcação por  
214 evidência e juntar isso a política, como podemos atrelar ao plano decenal, sendo que

215 está acabando o plano decenal. Como projetar quatro anos de política Pública dentro  
216 de um plano que está acabando sendo que não tem ainda uma projeção do que a  
217 gente quer? e sobre as metas, diz respeito a metas físicas? Metas financeiras? E qual  
218 o papel do CEDCA no FIA, como fazer essas cobranças, como se antecipar e  
219 monitorar para não ficar em desalinhamento com as peças orçamentárias, com a  
220 relação LOA e PPA, como alinhar com a lei do OCA?” Jonas responde que a meta é a  
221 física , o problema que afeta que avance a qualidade do planejamento governamental  
222 é a falta de construção de orçamento do produto, ou seja, estamos tentando  
223 implementar orçamento pro produto, em relação a como fazer a marcação, pode  
224 colocar alguns técnicos da coordenação especificamente com o GT-OCA para fazer  
225 uma capacitação na marcação de entrega, chama os NPS correspondentes para  
226 participar também. Em relação ao plano decenal, acha que o problema não é  
227 desalinhamento, e sim o desvio da execução orçamentária em relação ao planejado  
228 no PPA e na própria lei orçamentária, então se nós construirmos o plano de metas,  
229 PPA, plano de governo, plano setorial e se for traduzido o plano decenal em algumas  
230 entregas, preocupar-se menos com a lei orçamentária e mais na execução  
231 orçamentária. A secretária executiva Juliana Muller pergunta quando se fala na  
232 questão do CEDCA identificar as marcações, ele não pode propor algum tipo de  
233 alteração, ele apenas identifica? Jonas responde que é uma negociação, pode sim  
234 fazer recomendações, lembra que é uma estratégia, tomem cuidado com as entregas  
235 específicas e não consegue trazer o quantitativo para negociação. Jonas diz para  
236 atarem-se em conseguir fazer pelo menos essas 10 entregas para inaugurar o  
237 programa, porque depois de estar familiarizado com a metodologia o CEDCA , pode  
238 pedir uma revisão do PPA, podemos fazer um decreto com ajuste para o PPA. Luciano  
239 (Secretaria do planejamento) faz ponderações dizendo que o que estão fazendo é  
240 uma ponta do que a secretaria do planejamento está fazendo, além disso estamos  
241 fazendo um planejamento do Paraná para 30 anos , o inovador disso, o Secretário  
242 Guto Silva está fazendo uma consulta pública, junto a população do Paraná para que  
243 venha da base o que estamos precisando, e em cima disso trabalhar uma Paraná  
244 diferente, vai ser uma política Pública, quando se fala em planejamento para três anos,  
245 não quer dizer que seja imutável. João Giona diz que o foco é na qualidade do  
246 relatório de monitoramento, ter a capacidade de promover os ajustes necessários, e  
247 saber dizer o que as pastas fizeram. Qualquer planejamento que seja para interferir na  
248 política pública tem que usar um linguajar adequado. Fica acordado para já agendar a  
249 reunião para debater essas questões. A secretaria do planejamento se dispõe a fazer  
250 as reuniões que forem necessárias para que se conduza esse trabalho da melhor  
251 maneira. O presidente Adriano se despede fazendo os agradecimentos a todos os

252 envolvidos, a Vice-presidente Juliana Sabbag agradece a todos em especial aos  
253 parceiros da Secretaria do Planejamento. Encerra. Essa ata foi redigida pela servidora  
254 Marcela Gusso da CPCA/SEDEF e após a aprovação será publicada no DIOE e  
255 disponibilizada no site do CEDCA/PR.